PENSÃO E SUAS DIVERSAS CONFIGURAÇÕES

Afrânio Gualda Tavares¹

RESUMO

Tem como escopo, a presente exposição, trazer à lume uma reflexão de que o direito a alimentos, não se restringe ao campo dos Direitos das Famílias, muito embora seja esse o seu foco comum. Sua repercussão vai muito além, posto que podem surgir dos mais variados fatos jurídicos que, a princípio, em passant, surgiria em razão de vínculos surgidos pelo estudo do parentesco.

Inobstante repleto de princípios jurídicos que os justificam, a mente deve estar aberta, como forma de recepcionar as diversas outras causas que os justificam, e o cotidiano está repleta delas: no campo do ilícito civil, leia-se Responsabilidade Civil; no âmbito da Previdência Social (no caso de pensão por morte) e suas alterações na mais recente reforma da Previdência.

É um tema que a exemplo do próprio Direito, por si só, já se justifica se revelar nas mais variadas formas, tais como um caleidoscópio. Não se pode nunca perder de vista que o bom direito é aquele que atende as exigências de uma sociedade dinâmica, sempre em movimento e que, por via de consequência, tem de ser tutelada, protegida, regulamentada.

Palavras-chave: Pensão Alimentícia; Princípios; Parentesco; Responsabilidade Civil; Previdência Social.

Comumente, quando se aborda o tema pensão alimentos, imediatamente vem em mente que, sua razão de existir se dá pelo vínculo parental e, assim, baseado, além da lei, em uma gama de Princípios, implícitos em diversos artigos de lei.

De relevo destacar: os princípios da proporcionalidade – art.1.694 CC; da reciprocidade–art. 1.696; da preferência-1.697; da complementaridade–art. 1.698; da mutabilidade-art. 1.699; da transmissibilidade–art. 1.700; da

¹ Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Campos (1987). Atualmente é professor auxiliar da Universidade Salgado de Oliveira de Campos dos Goytacazes. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Prática Jurídica.

alternatividade-art. 1.701; da irrenunciabilidade-art. 1.707; todos os artigos mencionados são do Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro.

E, ainda, da dignidade da pessoa humana, abra-se aqui um parêntese para lembrar que este princípio é considerado um macro princípio do qual se irradiam os demais valores constitucionais como: liberdade, igualdade, cidadania, solidariedade, autonomia privada, dentre outros. E, também: o Princípio da pluralidade das entidades familiares; da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros; da igualdade entre os filhos; da afetividade; da solidariedade família.

Mas, pela amplitude do tema, de se trazer à lume tipos de alimentos que nem sempre são lembrados, mas que podem ter, também, como fontes o evento morte, onde serão prestados, inclusive, pela Previdência Social e, ainda, os denominados alimentos ressarcitórios ou indenizatórios, fruto da responsabilidade civil.

Os alimentos prestados pela Previdência Social em razão da morte do segurado, diferentemente da pensão alimentícia, têm data certa para o seu encerramento no caso de filhos ou enteados: completar 21 anos de idade, salvo em se tratando de incapacidade do beneficiário.

A Lei n.º 8.213/91, em seu artigo 16, trata das classes de dependentes do falecido segurado:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada

§ 5º As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anterior à data do óbito ou do recolhimento à prisão do segurado, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no regulamento.

§ 6º Na hipótese da alínea c do inciso V do § 2º do art. 77 desta Lei, a par da exigência do § 5º deste artigo, deverá ser apresentado, ainda, início de prova material que comprove união estável por pelo menos 2 (dois) anos antes do óbito do segurado

§ 7º Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

A título de informação, os dependentes elencados no inciso I, do art. 16, da Lei n.º 8.213/91, tem a dependência presumida; os demais, têm de provar a dependência econômica.

Ressalte-se, desde já, a importância de verificar cada caso, de per si, como por exemplo: tempo de casado, idade dos filhos, existência de incapacidade, entre outros.

Com relação ao cônjuge ou companheiro, com a mais recente reforma da Previdência, a Pensão por Morte será vitalícia apenas para os dependentes de segurados com mais 44 anos e, no caso de cônjuge, para aqueles casados há mais de 2 anos; assim, a lapso temporal à duração da pensão variará, dependendo do tempo da união, seja casamento, seja união estável e a idade do cônjuge ou companheiro sobrevivente.

Já os alimentos, fruto da Responsabilidade Civil, fulcram no ressarcimento em razão da extensão do dano experimentado, que se revela quando da limitação ou total impossibilidade de exercer a atividade laboral ou, no caso de óbito da vítima, extensivos aos seus dependentes.

Quanto à duração do pensionamento será personalizado a cada caso, como se podem depreender de súmula e seguintes julgados:

SÚMULA 490 do STF: A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á às variações ulteriores.

Enunciado 642 do STJ: "O direito à indenização por danos morais transmite com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir na ação indenizatória."

Trecho da ementa

"3. A morte prematura e brutal do provedor familiar irradia à esposa e ao filho menor imensurável perda sentimental, afetando inexoravelmente sua existência, pois os deixa desprovidos para o sempre do companheirismo, segurança, presença paterna e de tudo mais o que lhes poderia irradiar à guisa de conforto sentimental e material e contribuição para sua formação moral e psicológica, consubstanciando fato gerador do dano moral quando derivada de ato ilícito, legitimando que sejam compensados com importe que, se não remunera ou ilide a dor, seja apto a lhes conferir um mínimo de compensação material decorrente da perda que sofreram. 4. A mensuração da compensação pecuniária devida ao atingido por ofensas de natureza moral, conquanto permeada por critérios de caráter eminentemente subjetivo ante o fato de que os direitos da personalidade não são tarifados, deve ser efetivada de forma parcimoniosa e em conformação com os princípios da proporcionalidade, atentando-se para a gravidade dos danos havidos e para o comportamento do ofensor e do próprio lesado em face do ilícito que o vitimara, e da razoabilidade, que recomenda que o importe fixado não seja tão excessivo a ponto de ensejar uma alteração na situação financeira dos envolvidos nem tão inexpressivo que redunde em uma nova ofensa ao vitimado, não podendo ser desconsiderados, ainda, o caráter punitivo e a natureza pedagógica do ressarcimento. **5. A privação do esposo e pai em razão de ser vitimado por homicídio, afetando sua intangibilidade psicológica e privando-os da convivência com o ente familiar, provedor e mantenedor do lar, irradiando-lhes dano moral de gravidade extrema, enseja que a compensação que lhes é devida seja aferida de conformidade com as circunstâncias em que se verificaram o evento danoso, as consequências dele advindas e o alcance e gravidade das dores**

experimentadas pelos familiares, pois padecerão com a perda do esposo e genitor pelo resto da existência, experimentando padecimento psicológico que os acompanharão enquanto cumprem sua jornada de vida, ensejando a manutenção do quantum originalmente firmado se arbitrado em conformação com esses parâmetros de forma a privilegiar o caráter compensatório e resguardar a natureza punitiva da indenização, notadamente se não demonstrado pelo ofensor que o importe arbitrado poderia, de alguma forma, afetar sua estabilidade patrimonial." (grifo nosso)

Acórdão 1109849, 07242092720178070001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Primeira Turma Cível, data de julgamento: 18/7/2018, publicado no DJE: 25/7/2018.

O presente arrazoado, ainda que de maneira rasa, teve com o fito apresentar e comparar as diversas formas de pensão, que não só as afeitas ao Direito de Família, se portarem diante da legislação pátria.

Referências:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TARTUCE, Flavio. **Manual de Direito Civil. Volume único**. São Paulo: Forense, 2011.

VADE MECUM. Editora Saraiva. – 24 ed. atual e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2022.